



Saquarema, 05 de janeiro de 2026.

Ofício nº 007/2026

Câmara Mun. Saquarema
Protocolo nº 008

Assunto: **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 189/2025

15 JAN 2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, no exercício da prerrogativa conferida pelo § 1º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema, apor **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 189/2025, que dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Atenção aos Cuidadores e Famílias de Pessoas Neurodivergentes e Atípicas, e dá outras providências.

De início, é necessário reconhecer a relevância social e humana da matéria, que busca oferecer suporte psicológico, social e orientação especializada aos cuidadores e familiares de pessoas neurodivergentes e atípicas. Trata-se de temática sensível e alinhada aos princípios da dignidade da pessoa humana, da inclusão e da proteção social, merecendo atenção permanente do Poder Público.

Entretanto, apesar da nobre intenção que inspira a proposição, a análise jurídico-administrativa do projeto evidencia vícios que impedem a sua sanção, especialmente no que se refere à criação de despesas obrigatórias e à usurpação de competência privativa do Poder Executivo.

Ainda que o texto mencione a utilização preferencial de profissionais já integrantes do quadro municipal e a observância das disponibilidades orçamentárias, é inequívoco que a execução do programa implica a geração de novas despesas continuadas, demandando recursos humanos, materiais, logísticos e financeiros, além de estrutura administrativa própria para sua coordenação, acompanhamento e avaliação.

Ocorre que a Lei Orçamentária Anual não contempla dotação específica para a implementação do referido programa, inexistindo estimativa prévia do impacto orçamentário-financeiro, em afronta aos princípios do planejamento, da responsabilidade fiscal e do equilíbrio das contas públicas.

Ademais, o projeto incorre em vício de iniciativa, ao dispor sobre a criação de programa governamental, definir atribuições a Secretarias Municipais, estabelecer formas de articulação administrativa e impor obrigações concretas ao Poder Executivo. Tais matérias inserem-se no âmbito da organização e funcionamento da Administração Pública, cuja iniciativa legislativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos da Lei Orgânica do Município e dos princípios constitucionais da separação dos poderes.

Ressalte-se que o Poder Executivo já desenvolve, no âmbito de suas políticas públicas de saúde, assistência social e educação inclusiva, ações voltadas ao atendimento de pessoas neurodivergentes e de seus familiares, podendo, a partir de avaliação técnica e planejamento adequado, ampliar ou aprimorar tais iniciativas por meio dos instrumentos administrativos próprios.



Assim, ainda que se reconheça o mérito social da proposta, a forma como foi apresentada não observa os limites constitucionais e legais da atividade legislativa, tornando sua implementação juridicamente inviável.

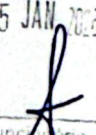
Diante do exposto, **VETO TOTALMENTE** o Projeto de Lei nº 189/2025, para os fins do § 3º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema, submetendo as razões do presente veto à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

Cordialmente,


Lucimar Pereira Vidal da Costa
Prefeita

Exmo. Sr.
Odinei Garcia Ramos
Presidente da Câmara Municipal de Saquarema

[Câmara Mun. Saquarema]
Protocolo nº 008

15 JAN 2026

[Funcionário]